

## REFORMA DO SISTEMA DE BEM-ESTAR SOCIAL

---

# Síntese

### Qual é sua importância?

Em 1996, uma nova legislação norte-americana modificou o sistema de bem-estar social que, de um programa federal de direitos, cedeu lugar a um pacote de transferência de recurso financeiro aos estados, com o objetivo de estimular e exigir dos pais de muito baixa renda que encontrem emprego e os conservem. Em decorrência, aumentou o número de mães solteiras que ingressaram e permaneceram no mercado de trabalho, e as taxas de gravidez na adolescência e de natalidade fora do casamento declinaram. Apenas recentemente foram obtidas algumas evidências sobre os *efeitos causais* de políticas de bem-estar social sobre as crianças.

Também no Canadá a responsabilidade por programas de bem-estar social foi transferida para as províncias. Em 1992, foi desenvolvido um estudo canadense - o *Self-Sufficiency Project*<sup>1</sup> - SSP (Projeto de Autossuficiência), com o objetivo de reduzir a pobreza, estimular o trabalho estável e reduzir a dependência em relação ao sistema de bem-estar social. O SSP envolveu nove mil famílias monoparentais em New Brunswick e British Columbia.

### O que sabemos?

Três *componentes de políticas* caracterizaram os programas de reforma do sistema de bem-estar social: complementação/suplementação de renda, serviços de emprego compulsório e limites de tempo. Não ocorreram os dramáticos efeitos negativos sobre as crianças que alguns haviam previsto, mas também não ocorreram efeitos positivos consistentes.

Os resultados para *bebês e crianças de até dois anos* ainda são desconhecidos, embora haja alguns indícios de que o trabalho das mães em tempo integral gera consequências negativas para crianças com menos de 9 meses de idade. A *complementação/suplementação de renda*, destinada a aumentar emprego e renda, resultou em efeitos modestos, porém positivos, sobre os resultados de desenvolvimento de crianças em idade pré-escolar e no ciclo inicial do ensino fundamental. Esses resultados foram mais consistentes no que concerne ao desempenho escolar e aos escores de testes cognitivos, e parecem manter-se no longo prazo. No entanto, os programas que aumentaram o nível de *emprego das mães* sem aumentar a renda tiveram efeitos reduzidos e inconsistentes sobre o desenvolvimento social e cognitivo das crianças.

Os efeitos de políticas de bem-estar social – particularmente daquelas que ofereceram complementações/suplementações de renda mais generosas – foram mais acentuados durante dois *períodos de transição* no desenvolvimento infantil: foram verificados efeitos *positivos* em crianças que estavam na transição da pré-escola para a terceira infância, e *efeitos negativos* naquelas que se encontravam na transição da terceira infância para o início da adolescência. Os possíveis fatores que explicam os resultados negativos sobre pré-adolescentes são os comportamentos parentais mais ríspidos, em consequência do estresse das mães no trabalho; o fato de pré-adolescentes precisarem cuidar de irmãos; e o fato de as mães terem menos tempo para supervisioná-los.

De modo geral, os *resultados das crianças pobres* se alteraram muito pouco em decorrência da reforma do bem-estar social. Estas crianças continuam a apresentar níveis mais baixos de participação na vida escolar e níveis mais altos de problemas comportamentais, quer suas mães tenham ou não acesso ao sistema de bem-estar social. No entanto, filhos em idade pré-escolar de famílias que saíram recentemente dos programas de bem-estar social apresentam os níveis mais altos de *problemas comportamentais*. Pré-escolares e adolescentes de famílias que sofreram sanções\* também apresentam resultados cognitivos e comportamentais problemáticos. O *status* conjugal, educacional, mental e de saúde física das mães, assim como suas práticas parentais parecem explicar a maior parte das *diferenças entre grupos que acessam o bem estar social*.

### **O que pode ser feito?**

De maneira geral, políticas de bem-estar social são concebidas para adultos, e pouca atenção é dedicada aos seus efeitos sobre as crianças. No entanto, os impactos (tanto negativos quanto positivos) sobre as crianças devem ser incluídos nos cálculos de custo/benefício.

As políticas de reforma do bem-estar social podem *beneficiar* as crianças pequenas quando são planejadas de forma a aumentar, ao mesmo tempo, o emprego e a renda de chefes de famílias monoparentais. Para os formuladores de políticas interessados em desenvolver políticas de bem-estar social com o objetivo de melhorar o bem-estar da criança, a suplementação de renda pode ser um complemento importante de programas que visam diretamente à melhoria do desenvolvimento de crianças de baixa renda.

Uma vez que, em consequência das reformas do bem-estar social, é maior o número de pais que dependem de serviços destinados às crianças pequenas, é preciso dedicar maior atenção à *qualidade da educação infantil* e dos serviços de cuidados na primeira infância, em especial às creches domiciliares, com vistas a favorecer o desenvolvimento infantil e a preparação das crianças para a escola. Esta é uma preocupação importante, tendo em vista que aumenta continuamente o número de crianças pequenas que passam muitas horas sob cuidados alternativos, e devido à qualidade potencialmente baixa e à *instabilidade dos serviços de cuidados infantis* disponíveis para estas crianças.

Por fim, os formuladores de políticas deveriam se preocupar cada vez mais com os efeitos potencialmente negativos da reforma do bem-estar social sobre os adolescentes, e se concentrar sobre o *papel do contexto social e das instituições* para essa faixa etária. Pesquisas adicionais sobre os efeitos das políticas de bem-estar social em crianças, ao longo de seus estágios de desenvolvimento, poderiam subsidiar os formuladores de políticas, em seus esforços de compatibilizar orçamento com a oferta de uma rede abrangente e consistente de proteção social para famílias de baixa renda.

#### **Referência**

1. Michalopoulos C, Tattrie D, Miller C, Robins PK, Morris P, Gyamarti D, Redcross C, Foley K, Ford R. Making Work Pay: Final Report on the Self-Sufficiency Project for Long-Term Welfare Recipients. Ottawa, ON: Social Research and Demonstration Corporation; 2002.

\* NT: Sanções referem-se à redução ou à eliminação do complemento/suplemento de renda caso o beneficiário não cumpra os requisitos do programa.